



Trabalhadores estão parados desde 18 de agosto

Resistência garante hospital público em São Paulo



Servidores expulsam Organização Social e retomam seus postos, com apoio da população

“Voltar às aulas é ir para a cova”

Dirigente da Ubes defende muita luta contra o governo e por educação pública

Sabrina Santos é estudante do 3º ano da Escola Estadual Olindo Flores em São Leopoldo (Rio Grande do Sul) e vivencia na pele a situação da escola pública em tempos de pandemia, ensino remoto e as tentativas de governos em retomar as aulas presenciais. A diretora de Assistência Estudantil da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubes) e militante da Juventude Revolução do PT falou a O Trabalho a respeito da luta dos estudantes nesta conjuntura.

O Trabalho - O governo estadual do Amazonas retomou as aulas presenciais na pandemia. Vários outros anunciam a volta. Qual sua opinião sobre isso?

Sabrina Santos - Quem conhece uma escola pública vê o quão precária ela é em todo o país. As escolas mal conseguem comprar o básico como alimento para as crianças e fazer sua manutenção. Além disso, há também a falta de profissionais de limpeza, muitas escolas têm apenas um profissional e, neste momento não se faz testagem em massa. Essas são situações causadas pelo desmonte dos serviços públicos que está ocorrendo através do próprio governo. Então a gente percebe que as escolas não têm estrutura o



Sabrina, à direita, com a bandeirada Juventude Revolução do PT

suficiente para implantar todas as medidas de segurança e que voltar às aulas é entregar a população para a cova.

OT - O Fundeb foi aprovado no Congresso, porém o governo Bolsonaro e governadores não disponibilizaram os recursos necessários para diminuir as desigualdades com o ensino remoto. O que os estudantes têm exigido nessas condições?

SS - Mais e maiores investimentos para os serviços públicos que cuidam da população. Defendemos que o

Fundeb seja permanente. Porém a luta não acaba aí, já que existe um teto de gastos que reduz investimentos e os recursos para a educação também foram cortados.

A educação remota é excludente, não garante o ensino-aprendizagem. Defendo que este ano o ensino seja complementar para que o aluno não perca contato com o colégio, os professores tenham renda e ninguém seja excluído. Temos de lutar por aquilo que é nosso por direito, serviços públicos de qualidade o que este governo nos retira a cada dia,

nos deixando sem perspectiva. Para que tenhamos um futuro, só dando um fim a esse governo.

OT - Houve resistência na volta às aulas no AM e em outros estados já se veem mobilizações. Em sua opinião, qual a perspectiva da resistência nesta conjuntura?

SS - A perspectiva é de muita luta, nas ruas (com segurança, é claro), com colagens de cartazes, atos nas portas das escolas e secretarias. Nos organizando mais contra esse governo que destrói tudo que é patrimônio público e deixa a juventude sufocada, sem educação de qualidade e sem trabalho digno. A juventude anda muito revoltada, e com razão! A diretoria da Ubes parece desligada da realidade de sua base, já que falta um posicionamento firme contra as aulas remotas e a volta às aulas presenciais. É uma educação extremamente precarizada e um Governo genocida que estamos enfrentando.

Essa resistência é o que estamos discutindo na preparação da Plenária Nacional da Juventude Revolução do PT (<http://bit.ly/PNJR2020>). Queremos agir com os que queiram lutar contra esse governo e defender a educação pública. A juventude precisa respirar.

Direito à vida das mulheres!

Violência contra menina de 10 anos mostra urgência da luta pela legalização do aborto

Os números são alarmantes: de acordo com dados do Sistema de Informações Hospitalares do SUS (publicados pelo portal G1), são registrados em média, no Brasil, ao menos seis abortos por dia em meninas de 10 a 14 anos. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2019) registra que quatro meninas com menos de 13 anos são estupradas no país a cada hora. Foram 66.041 estupros só no ano de 2018, sendo que em 81,8% dos casos as vítimas eram mulheres e, em 53,8%, elas tinham menos de 13 anos.

O debate sobre o aborto ganhou destaque na última semana diante do caso de uma criança de 10 anos que foi estuprada pelo tio desde os seis anos, levando à sua precoce gravidez. A violência contra essa menina não se encerrou aí. Ela teve seu aborto legal negado por um hospital em Vitória (ES) e, ao ser transferida para o Centro Integrado de Saúde Amaury Medeiros (PE), local de referência nesse tipo de procedimento, teve sua identidade exposta pela

bolsonarista Sara Winter, que postou em suas redes sociais chamado a um ato contra o aborto. O ato ganhou apoio de grupos religiosos ligados ao movimento “Pró-vida Pernambuco”, além de adesão de políticos conservadores, em sua maioria ligado a bancada evangélica, com o PP e PSC.

No Brasil, o aborto é legalizado apenas em casos de estupro, de anencefalia do feto ou em situações de risco para a vida da mãe, sendo considerado crime em outras situações. No entanto, a pesquisa científica “Aborto no Brasil: o que dizem os dados oficiais”, publicada em fevereiro de 2020 na Revista Cadernos de Saúde Pública, é reveladora: “Embora os dados oficiais de saúde não permitam uma estimativa do número de abortos no país, foi possível traçar um perfil de mulheres em maior risco de óbito por aborto: as de cor preta e as indígenas, de baixa escolaridade, com menos de 14 e mais de 40 anos, vivendo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e sem companheiro”.

A discussão sobre a descriminalização do aborto, além de uma questão de saúde pública, diz respeito ao direito da mulher de decidir sobre a maternidade e à vida de milhões de mulheres, especialmente das pobres e negras, que não tem condições de pagar pelos altíssimos preços cobrados pelas clínicas clandestinas. Para o site do Conselho Federal de Enfermagem, a criminalização não impede que 1 milhão de abortos induzidos sejam realizados por ano no Brasil e que uma mulher morra a cada dois dias por aborto inseguro. O que mata não é o aborto, mas sim a sua clandestinidade! O aborto legal, realizado de forma segura e gratuita no SUS é uma necessidade urgente!

Num cenário em que o governo de Jair Bolsonaro chega ao ponto de excluir do último relatório de direitos humanos as informações sobre as denúncias de violência, entre elas a violência infantil; num momento em que o discurso da religião e da família são utilizados pelo presidente para seguir retirando direitos,

incentivando a possibilidade de ações inescrupulosas como o ato bolsonarista em Recife, mais do que nunca é hora de levantar a bandeira da legalização do aborto como a bandeira do direito à vida da mulher trabalhadora!

Maíra Gentil

E O BISPO É CONIVENTE!

Abjeta a declaração do Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Walmor Oliveira de Azevedo. Em uma mensagem no último dia 17, ele classificou o aborto da criança de 10 anos como um “crime hediondo”. Na mensagem ele afirma que “a violência sexual é terrível, mas a violência do aborto não se justifica diante de todos os recursos existentes e colocados à disposição para garantir a vida das duas crianças”. Ora, bispo, crime hediondo é obrigar uma criança de 10 anos, vítima de estupro, levar a gravidez até o fim!

Mais explícito, impossível!

Há 10 dias em greve nacional, ignorada pela grande imprensa, os trabalhadores dos Correios, que o governo pretende privatizar, enfrentam a direção da empresa tomada por militares e o aval dado, por unanimidade do Supremo Tribunal Federal (STF), para a ECT rebaixar direitos. Entre eles o que diz respeito à licença-maternidade.

Quase que em uníssono a imprensa burguesa, hipocritamente envergonhada com o facinora que ajudou a ser presidente, fala que nossas instituições, em particular o Judiciário, têm sido garantidoras da democracia.

Democracia?

Na sua luta de classe os trabalhadores enfrentam o capital, seus porta-vozes e as instituições que lhes servem.

A expressão mais aberrante, porque mais explícita, de como as classes dominantes servem-se das instituições para garantir seus interesses foi dada em editorial do Estadão (27/08).

Numa clareza cristalina demonstra como a operação que tornou o ex-presidente Lula “ficha suja”, condição sine qua non para a eleição de Bolsonaro, foi uma farsa montada para jogar o país no pântano em que se encontra, farsa que eles precisam manter.

O editorial, sem contestar, trata da anulação de uma sentença condenatória dada por Sérgio Moro contra um doleiro e depois alerta:

“Não se pode ignorar, no entanto, a existência de outros recursos no Supremo questionando a imparcialidade de Sérgio Moro no julgamento de processos da Operação Lava Jato. Em especial, o próximo recurso a ser analisado pelo STF, que diz respeito à sentença condenatória do sr. Luiz Inácio Lula da Silva (...). Não cabe ao Supremo, como guardião da Constituição, ser indiferente às muitas consequências de eventual nulidade dessa sentença (...) É importante ressaltar que eventual anulação da sentença do caso

**“LULA, LIVRE
E SOLTO PARA
FAZER POLÍTICA”?
NÃO PODE!**

do triplex do Guarujá teria o efeito imediato de transformar Luiz Inácio Lula da Silva em ficha-limpa (...) estaria, por decisão suprema, livre e solto para fazer sua política”. Mais explícito impossível! Dane-se o país, dane-se seu povo e dane-se a justiça!

Condenado sem provas, Lula teve amputado seu direito de fazer uma demonstração da farsa. O Conselho Nacional do Ministério Público, depois de adiar por 41 vezes o julgamento do processo da defesa de Lula

contra Dallagnol no caso do PowerPoint, na 42ª vez arquivou o processo! Lula não pode fazer política, o PT deveria ter sido varrido. Em nome da democracia e da Justiça? Não! Para prosseguir a política predatória a serviço do capital financeiro.

Os donos dos meios de comunicação veem Bolsonaro ameaçar “encher de porrada a boca” de um trabalhador da imprensa e vão absorvendo. Afinal está bem a política que retira direitos, desmantela os serviços públicos e privatiza!

A greve nacional dos Correios, à qual falta mais solidariedade ativa das organizações sindicais e populares, será decidida na luta de classes.

A restituição plena dos direitos políticos de Lula, usurpados para quebrar a resistência à escalada predatória, será decidida também na luta. Daí a importância, na campanha eleitoral que se avizinha, de todos os candidatos do PT levantem esta bandeira.

A lição a tirar destes fatos é que a democracia – a reconquista dos direitos e o estabelecimento da soberania nacional – passa pela luta pelo fim do governo Bolsonaro, mas vai passar também por novas instituições – que por exemplo façam a regulamentação da mídia e a reforma do Judiciário – instituições que sejam fruto do exercício da soberania do povo.

OS NOSSOS

Manoel, presente!

Em 19 de agosto perdemos o camarada Manoel Norberto Pereira, servidor público, sepultador do serviço funerário, que perdeu a luta para um câncer. Tinha 53 anos e deixa uma filha.

Manoel, militante da Corrente O Trabalho do PT desde 2012, militava no Sindsep (sindicato da categoria) mais frequentemente após duas greves dos trabalhadores do serviço funerário (2011), que parou os cemitérios e o tráfego de carros fúnebres. Foi representante sindical e na atual gestão era Coordenador da Região Oeste. Chegaram mensagens de entidades, do PT, de locais de trabalho se solidarizando com a perda.

Manoel esteve nas grandes batalhas da classe trabalhadora contra a aprovação da EC 95, da reforma trabalhista, da Previdência e do congelamento de salários dos servidores.

A Revista A Verdade 105 traz na capa a foto dos sepultadores no cemitério da Vila Formosa, uma grande homenagem ao camarada.

Perdemos um militante revolucionário e devemos saudar sua memória na continuidade de construção da 4ª Internacional.

Na despedida, o camarada Joãozinho declarou “Manoel, servidor



público municipal sepultador, como os colegas aqui que o sepultam, foi um lutador. Nunca abriu mão de defender os direitos dos trabalhadores. Tivemos muitas dificuldades e Manoel foi superando cada uma. No enfrentamento da pandemia os trabalhadores do Serviço Funerário estão na linha de frente, exigindo as máscaras e equipamentos de proteção. Tem vídeo daqui (do cemitério da Saudade onde foi sepultado) com máscaras vencidas de 2012, o que denunciávamos. Essa foi a vida do Manoel e vamos continuar essa luta, continuar o legado, guerreiro, que lutou pela vida e pelos direitos dos trabalhadores.

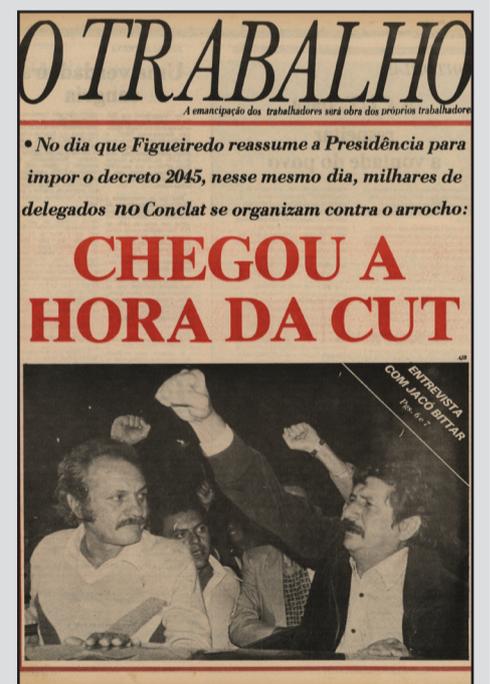
Manoel, presente!
Salva de palmas.

Memória

REALIZAÇÃO DO CONCLAT DERROTA PELEGOS E PCB

Figueiredo reassume agora a Presidência da República. No mesmo dia, reúne-se o Congresso da Classe Trabalhadora – Conclat. (...) Figueiredo já anunciou que volta com mais vontade de aplicar os mesmos planos. (...) Reunindo milhares de delegados eleitos, o Conclat pode tomar decisões que ajudem os trabalhadores e todo o povo a erguer-se contra isso que aí está (...). E não foi fácil reunir esses delegados. Os Enclats – Encontros Regionais da Classe Trabalhadora – afirmaram por esmagadora maioria o Conclat. Mas, nas últimas semanas, os pelegos das confederações capitaneados por sindicalistas do PCB – Partido Comunista Brasileiro – multiplicaram uma série de manobras para impedir o congresso.

O Trabalho nº 213 – 25/8/1983



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: “um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo”. É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

Diagramação: Paulo Henrique Barbosa Mateus

O Plano que o PT discute

Um Plano de Emergência seria uma alavanca na luta contra o governo Bolsonaro

O Diretório Nacional vem discutindo um chamado “Plano de Reconstrução e Transformação do PT”. O povo atravessa uma dura crise com uma ofensiva em regra contra seus direitos. O Plano apresentado pela principal força da oposição, o PT, hoje, deveria ser um Plano de Emergência com propostas práticas alternativas que fossem um fator de mobilização social na luta pelo fim do governo Bolsonaro. O Plano de Emergência do PT deveria destacar pelo menos três eixos:

- frente à pandemia, organizar a testagem em massa, sob responsabilidade do Estado, para proteger a vida do povo;

- frente ao desemprego, garantir a estabilidade no emprego e os salários, além de prorrogar e ampliar os auxílios de emergência, com medidas de retomada da economia;

- para a volta às aulas, um conjunto de medidas que criem condições seguras para a comunidade escolar.

No entanto, o Plano que o PT discute é uma mescla: tem um capítulo “Emergencial” e também dezenas de capítulos detalhados como se fosse um plano “de Governo”, que predominam no total de quase 120 páginas. Mas como o PT não está no governo nem em processo de eleição presidencial, fica uma questão sobre sua utilização.

Polêmicas

Seria exaustivo, e até difícil aqui,



prestar contas das extensas discussões que supunham (é uma suposição) que todos os membros da instância tinham lido o projeto.

Entre as questões polêmicas que foram a voto se deve destacar a adoção final, após alguma resistência, da bandeira da Constituinte. Ela foi proposta pelos membros do Diálogo e Ação Petista tal como formulada no 7º Congresso do PT, em novembro. Houve 5 abstenções, basicamente do grupo Avante da deputada Maria do Rosário. Outros companheiros retiraram suas emendas a respeito, em favor de uma emenda de acordo, encabeçada pelo trecho do 7º Congresso (abaixo). Também foi positiva a integração no programa da bandeira da Desmilitarização das Polícias.

Tomou um longo tempo um discutível debate de “concepção” sobre o

socialismo. Se falou de muita coisa, menos da expropriação da grande propriedade privada dos meios de produção, sem o que não há socialismo. Uma emenda parcial de Estatização do Sistema Financeiro de Valter Pomar foi rejeitada pela maioria, por 46 votos (CNB+MPT) contra 27, e 1 abstenção (Raul Pont).

O PT segue sofrendo da falta de um programa que articule medidas imediatas, com medidas de ruptura com o imperialismo (como a estatização do sistema financeiro, reestatizações estratégicas, o controle estatal do câmbio etc.), de modo a abrir caminho ao socialismo. Aqui, nesta luta, uma Constituinte Soberana, com um novo governo encabeçado pelo PT, são um ponto de passagem – uma ruptura democrática - que só a força do povo mobilizado pode impor.

Ao final do debate, foi adotado um

Preâmbulo (o Plano ainda não foi publicado) reafirmando este documento como parte da luta pelo fim do governo/fora Bolsonaro.

Comparado à Plataforma de Governo Lula-Haddad nas eleições de 2018, o Plano não tem muitos avanços – a rigor, só repõe a Constituinte que Haddad tirou no segundo turno -, mas tem alguns recuos, como a naturalização das PPPs (Parcerias Público-Privadas) e de concessões privadas “em certos casos”.

Para alguns membros do DN, o Plano é um apoio para a campanha municipal que começa, para outros uma reflexão de futuro (2022). Em nenhum caso deve ser um fator de dispersão da luta concreta contra o governo.

Markus Sokol

CONSTITUINTE SOBERANA

“Para as reformas necessárias ao desenvolvimento soberano - como a reforma agrária, da mídia, jurídica, tributária, e, inclusive, militar - é necessária uma profunda reforma política do Estado que mude radicalmente as atuais instituições. O PT é imprescindível para derrotar o golpismo e convocar uma Assembleia Constituinte Soberana, o meio democrático de promover aquelas reformas, com a legitimidade de um novo governo e Lula inocente.”

Até onde vão as alianças?

Belford Roxo (RJ) e Jaboatão (PE) incluem o MDB que não é oposição?!

Há motivos para se preocupar. No último dia 17, o Diretório Nacional, por maioria de 40 votos (CNB+MTM, basicamente) contra 36 votos (e 1 abstenção), decidiu não abrir à reconsideração o caso de Belford Roxo (RJ), solicitada pela aspirante à pré-candidata a prefeita do PT, Tayná (da CNB). O artifício manteve a decisão de maioria anterior de apoiar a reeleição do prefeito Waguinho (MDB), que apoiou o governo Bolsonaro no palanque (ver OT 872).

Lembremos que uma decisão da Comissão Executiva Nacional há 6 meses, por ampla maioria contra 2 votos (Jilmar Tatto e Sokol), anulou a política de alianças do 7º Congresso, com uma plataforma democrática e anti-imperialista, dirigida ao PCdoB, PSOL e setores do PDT e do PSB e outros. Os novos critérios de aliança tortuosos não excluem

os partidos do “centrão”, como o MDB, só vetam a “extrema-direita”. Quando a cabeça da chapa é do PT, a aliança depende de autorização dos Diretório Regional (DR), e quando a cabeça não é do PT, nos grandes centros, depende de autorização da Executiva Nacional.

A moda pega: o caso de Jaboatão

Jaboatão dos Guararapes, 700 mil habitantes, é uma importante cidade da região metropolitana do Recife. No último dia 22, diante da “desistência” de Paulo Varejão, candidato do PT (aprovado em Encontro anterior), o Diretório Municipal (DM) decidiu por maioria de 16 votos apoiar Daniel Alves, candidato do MDB. 4 votos no DM eram por apoiar Arnaldo Belmonte, candidato do PCdoB. Um recurso de Edmilson Menezes, da Executiva Estadual, com estes 4 do DM, foi encaminhado ao

DR, na linha do 7º Congresso.

O recurso argumenta com a letra da orientação da Executiva Nacional, de que “nas situações em que o PT não encabeça a chapa”, ela pode ser “autorizada pelo Diretório Estadual, desde que o candidato tenha compromisso expresso com a oposição a Bolsonaro e suas políticas”. E segue, “o candidato Daniel Alves (MDB) deveria ter assumido o compromisso expresso de oposição a Bolsonaro, coisa que ele declarou, ao ser perguntado na reunião do DM de Jaboatão, que não poderia fazer publicamente durante a campanha”.

Como é possível apoiar um candidato que não fará oposição na campanha, com que cara ficaria o PT?

À luta!

O caso de Belford Roxo foi questionado até por parte dos que formularam, ou apoiaram a resolução

da Executiva Nacional de seis meses atrás, que modificou a decisão do 7º Congresso. Mas há dezenas de outras alianças com partidos do “centrão” (MDB, PP, PRB etc.), inclusive com PSDB e DEM, que ainda não foram detalhadamente relatadas na instância nacional.

Agora, que o “centrão”, que nunca foi oposição, se compôs com Bolsonaro no Congresso, a CEN vai reboilar para distinguir a “extrema-direita”, quando, na verdade, sempre foram todos inimigos do povo.

A base petista fica insegura? Haverá mais pressões nos segundos turnos?

A conclusão é não se paralisar, sair em campanha com os pré-candidatos a vereador do PT, e agrupar pela linha do 7º Congresso, com uma plataforma de reivindicações democráticas e anti-imperialistas.

Correspondente

NAS CAMPANHAS DO PT, IR ÀS LUTAS

Cresce a resistência dos trabalhadores. É onde o DAP deve estar

A campanha eleitoral deste ano será inevitavelmente marcada, por um lado, pelo desastre nacional que é o governo Bolsonaro; por outro, pela crescente resistência dos trabalhadores, que buscam saídas para uma situação insuportável.

É o que mostraram a recente greve da Renault e o movimento contra a privatização do Hospital Campo

Limpo. É o que estão mostrando a greve nacional dos correios, a campanha salarial dos bancários e outros movimentos.

Neste cenário, o papel dos grupos de base do Diálogo e Ação Petista, que fazem a campanha dos candidatos do PT, é ligar a campanha eleitoral às lutas concretas. Seja participando diretamente desses movimentos, seja

ajudando a organizar atividades de solidariedade aos trabalhadores em luta.

O Comitê Nacional do DAP, em reunião virtual no dia 26 de agosto, fez um apelo aos grupos de base: cumpram seu papel!

As reivindicações das categorias de trabalhadores e as demandas municipais devem ser vinculadas à

luta para resolver o maior problema enfrentado hoje pela população brasileira: a necessidade de pôr fim ao governo Bolsonaro.

Em defesa do PT, de suas candidaturas, da restituição de plenos direitos políticos para Lula, das conquistas e direitos dos trabalhadores: os grupos de base do DAP estarão na linha de frente desse combate.

SP: LILI, PELA UNIDADE E VITÓRIA DO PT

Lili, 58 anos, é filiada e militante no PT e do DAP da Brasilândia, bairro da periferia de São Paulo. É uma das articuladoras do Movimento A Saúde na Brasilândia Pedir Socorro e do Reabre Sorocabana, que, junto aos moradores, luta para exigir medidas dos governos para enfrentar a tragédia que se abateu sobre a periferia, com a pandemia. Ela fala sobre sua campanha a vereadora.

DAP- Como você vê a campanha eleitoral com pandemia, governo Bolsonaro e ataques aos direitos dos trabalhadores e do povo?

Lili- A campanha será um momento importante para levarmos a nossa proposta de plataforma e resistência para as ruas, fábricas, locais de trabalho, bairros. Com a pandemia e mais o governo Bolsonaro, a situação do povo trabalhador é insustentável. Mas há uma resistência crescente, como se viu na greve da Renault contra as demissões e no movimento que impediu a privatização do Hospital Campo Limpo aqui em São Paulo, e como está se vendo na greve nacional dos correios contra o corte de salário e direitos, entre outras lutas. Assim, a campanha dos candidatos do PT, comprometidos com os direitos do povo, deve ser capaz de denunciar esses governos e suas medidas, sendo ponto de apoio para organizar e ajudar nessa resistência.

DAP- Como combinar a luta pelas reivindicações locais e pelo fim do



Jilmar Tatto, candidato a prefeito, fala sobre a candidatura de Lili: "O PT precisa de candidaturas assim, como a da Lili, para defender os serviços públicos necessários para a cidade e levantar a bandeira das lutas do povo da periferia."

governo Bolsonaro?

Lili- A responsabilidade pelas condições precárias em que vivem hoje milhares de trabalhadores é da política do governo Bolsonaro. Um governo obscurantista, reacionário e entreguista. A pandemia escancarou a situação de abandono que vivemos nas periferias e a importância de ampliar os investimentos e serviços públicos para garantir a vida do povo. Assim, a reabertura de hospitais, assistência às vítimas da covid19, testes em massa para detectar o vírus, urbanização de moradias, saneamento básico e tantas outras reivindicações necessárias para o combate à pandemia têm

como principal obstáculo esse governo. Essa situação faz com que exigir o fim do governo Bolsonaro seja parte integrante de cada luta para garantir a sobrevivência do povo trabalhador.

DAP- Qual lugar terá nesta campanha a luta pela plena liberdade para Lula?

Lili- Um lugar muito importante. A campanha eleitoral dos candidatos do PT deve ser uma trincheira na luta pela anulação dos julgamentos de Lula. Como escrevi em meu manifesto de pré-candidatura: "A defesa de uma sociedade mais democrática exige de nós a luta pela anulação dos julgamentos injustos e pelo restabelecimento dos direitos políticos de Lula".

DAP- Aí entra a defesa do PT e das candidaturas próprias.

Lili- Concordo e assino o Compromisso Nacional do DAP para as eleições municipais. Tenho compromisso com a defesa do PT, a defesa de uma política de alianças decidida pelo 7º Congresso do PT: alianças democráticas anti-imperialistas, com PCdoB, PSOL e setores populares do PDT, do PSB e outros; defesa da unidade e o fortalecimento do partido com candidaturas próprias que possam apresentar uma plataforma em sintonia com as aspirações do povo, buscando

os meios financeiros, de acordo com a situação em cada município para atender as demandas. Por exemplo, em São Paulo, o IPTU progressivo.

DAP- O Compromisso Eleitoral do DAP finaliza com a defesa da unidade do PT.

Lili- Em São Paulo, a unidade do PT será fundamental para combater uma política de desmobilização da campanha da candidatura decidida no Encontro Municipal e convencer aqueles que ainda acreditam em atalhos para fugir da responsabilidade que o PT tem de apresentar uma saída para o povo de São Paulo. Nessa linha, minha candidatura e o DAP estão na linha de frente da campanha de Jilmar Tatto a prefeito. Uma candidatura que aliás se mostra comprometido com a defesa do PT, com uma plataforma que atende as periferias, as reivindicações do povo e com medidas que levem à reversão das privatizações e a defesa dos serviços públicos na cidade.

VISITE O SITE DO DAP

Estamos procurando atualizar diariamente o site do DAP desde maio. Além de matérias que pedimos aos grupos de base, também publicamos notícias relevantes do PT, da luta de classes e da situação política. E, aos sábados, alguma dica cultural.

Os próximos meses são de campanha eleitoral. O DAP vai participar e assim ajudar a fortalecer o nosso

partido, pois as eleições municipais terão, certamente, um caráter de luta nacional. "A campanha eleitoral deve ser um instrumento de organização partidária, com a formação de núcleos do PT para depois do processo eleitoral.", como afirmamos nos Compromissos do DAP para as eleições (leia o Compromisso em <https://petista.org.br/2020/08/13/>

eleicoes-2020-compromissos-do-dialogo-e-acao-petista/).

Queremos publicar o que está rolando nas cidades! Envie notícias e também sugira temas a serem abordados que possam ajudar a construir o DAP e o PT para:

✉ comunicadapbrasil@petista.org.br

Visite: petista.org.br.

Mateus Santos

CONTRIBUA COM O DAP

PARA MANTERMOS NOSSA INDEPENDÊNCIA POLÍTICA, PRECISAMOS DE INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA. É POR ISSO QUE PEDIMOS UMA CONTRIBUIÇÃO AOS MILITANTES E GRUPOS DE BASE ("UM CAFEZINHO POR MÊS")

WWW.PETISTA.ORG.BR/DOE



Para manter sua independência política, o DAP pede a colaboração dos militantes e grupos de base ("um cafezinho por mês"). A nova conta nacional é:

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Agência: 0454 | Operação: 013
Conta Poupança: 00013198-0
Em nome de Paulo Farias
(CPF: 469.415.410-91)

Greve nos Correios segue forte

Em defesa do acordo descumprido pela ECT com apoio do STF

A greve iniciada em 18 de agosto em todos os estados ganhou mais força após o Supremo Tribunal Federal (STF) decidir por unanimidade a favor da liminar da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) reduzindo o Acordo Coletivo de dois anos para um, o que zera todas as suas cláusulas resultantes do dissídio de 2019.

A ECT teve o caminho aberto pelo STF para retirar 70 das 79 cláusulas do Acordo, incluindo o vale-alimentação e cultura, a licença-maternidade de 180 dias, auxílio creche, pagamento de adicional noturno e horas extras, redução de 70% para 50% da participação da empresa no financiamento do plano de saúde e ainda retirou dependentes como pais e mães. Mais de 15 mil ecetistas já foram obrigados a abandonar o plano.

A Federação Nacional dos trabalhadores do Correios (Fentect-CUT) afirma que a decisão do STF “mais uma vez mostra a face mais obscura daquela corte”. O Ministério Público do Trabalho, que também entrou com pedido de dissídio, alega que a decisão do STF gera insegurança



Manifestação de trabalhadores de Campinas (SP) em greve

jurídica, pois a legislação não prevê a sua atuação em questões trabalhistas.

O conluio da ECT com o STF é um contrabando para impor a retirada de direitos, servindo de alerta para os trabalhadores de outras estatais (petroleiros, eletricitários, etc) e seus respectivos acordos coletivos.

Na lista das privatizações

A ECT é uma empresa pública com mais de 100 mil empregados (hoje 70% deles em greve). Entre 2017 e 2019 teve lucro de mais de um bilhão de reais, e, na pandemia, lucrou mais de R\$ 600 milhões, como a própria empresa foi obrigada a dizer no dissídio. No entanto, ela alega dificuldades fiscais e necessárias “medidas

estruturais”.

O presidente da empresa, general Floriano Peixoto, segue o figurino do governo Bolsonaro e não negocia. A presença de militares na empresa é enorme, são pelo menos 14 em cargos de alto escalão, no Postalís (fundo de pensão) e no Postal Saúde, além de assessores ganhando mais de R\$ 20 mil mensais.

O que está por trás de tudo é a intenção do governo de privatizar os Correios. “Cada dia se confirma que o objetivo é enxugar a estrutura da ECT para entregar a iniciativa privada” denuncia a Fentect, o que se choca com a resistência dos trabalhadores.

Durante a pandemia, mais de 120 ecetistas morreram e centenas foram contaminados. A empresa se nega a garantir proteção. Para Osvaldo Rodrigues, diretor do Sindicato dos trabalhadores dos Correios da Bahia, “a greve é pela manutenção do acordo e também por condições

seguras de trabalho. Faltam nas unidades EPIs como protetores em acrílicos, máscaras, álcool em gel e sabonete líquido suficiente para todos”. Outro trabalhador afirma: “Vi muitos colegas morrerem e adoecerem porque estão na linha de frente e somos essenciais. Não há respeito nenhum por parte do governo de Jair Bolsonaro”.

Todo apoio à greve

A solidariedade é uma necessidade. A greve dos Correios é uma trincheira de luta contra o governo Bolsonaro e precisa de total apoio, conforme declarou a nota das centrais sindicais num ato virtual em 27 de agosto. Mas o momento e a greve exigem mais que atos virtuais, exige a participação de outros sindicatos nos piquetes nas agências, nos atos e carreatas nos municípios. Como disse um trabalhador, “a saída é ampliar a mobilização, fortalecer a greve, buscar a unidade com outras categorias, e construir a luta em defesa dos direitos, dos serviços públicos e contra as privatizações.”

Paulo Riela

Trabalhadores cobram testagem e EPIs

“Carne barata no frigorífico é a do trabalhador”

Numa campanha que cobra EPIs, testagem e melhores condições de trabalho, a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Rio Grande do Sul (FTIA-RS), a CUT-RS e entidades nacionais do ramo lançaram a campanha ‘A carne mais barata do frigorífico é a do trabalhador’.

Os sindicatos denunciam que as empresas investem na testagem de carcaças e embalagens, fazem doações de respiradores e ambulâncias, mas resistem em proteger a vida dos seus próprios trabalhadores.

Por operarem em locais fechados, úmidos e com grandes aglomerações, os frigoríficos se tornaram focos da Covid-19 nas regiões em que estão instalados. O que poderia ter sido evitado se medidas como a testagem dos trabalhadores e afastamento dos contaminados fossem efetuadas sem demora.

Setor se expande, trabalhador se ferra

Se outros ramos da economia viram desabar os negócios, este setor tem se expandido. A JBS, por exemplo, tem uma receita de R\$ 200

bilhões e mesmo assim busca economizar em EPIs e raciona máscaras no local de trabalho.

É o que mostra a reportagem do The Intercept a partir dos relatórios da fiscalização do Ministério Público do Trabalho e de relatos de trabalhadores, os quais são orientados a guardar máscaras molhadas em sacos plásticos, deixá-las nos armários individuais e reutilizá-las no dia seguinte.

A própria JBS admitiu em 20 de julho, em ofício aos auditores-fiscais do Trabalho de Santa Catarina, que a

troca de máscaras ocorre apenas uma vez por semana.

A “economia” na segurança nos frigoríficos tem uma razão, segundo as entidades que lançaram a campanha: “O trabalhador é tratado como mercadoria, de fácil substituição, um insumo com importância menor do que os produtos para exportação”. Dessa forma, o produto brasileiro leva uma vantagem competitiva no internacionalizado mercado da proteína animal.

Marcelo Carlini

Os desafios da CUT aos 37 anos de sua fundação

Carta à reunião da direção nacional de 27 e 28 de agosto

No fechamento desta edição, ocorria a primeira reunião da Direção Nacional da CUT desde o seu 13º Congresso, de outubro de 2019. Até então, apenas a Executiva nacional de 50 membros vinha se reunindo virtualmente.

Uma carta de João Batista Gomes, Marize Carvalho, Juliana Salles, Renê Munaro, Cleusa Cassiano e Cida Pinto, membros da instância,

foi dirigida à reunião propondo um plano de lutas para o 2º semestre (trechos abaixo).

“Destaque-se a greve de 21 dias na Renault (PR), que barrou a demissão de 747 metalúrgicos, mostrando o caminho a ser seguido. Agora é a Volks que quer cortar 35% de seu efetivo no Brasil, dizendo que é por causa da pandemia. A CNM e a CUT devem organizar a luta por nenhuma

demissão.

A greve nacional dos Correios pede um dia nacional de luta presencial puxado pela Fentect e pela CUT. Essa greve prenuncia os choques que virão com os petroleiros, eletricitários e outros setores ameaçados de privatização.

A defesa e ampliação dos serviços públicos contra a ‘reforma administrativa’ é outro eixo para o período.

Retomar a mobilização presencial não é contraditório com a correta posição da CNTE-CUT contra a volta às aulas neste momento, levantando exigências de testes para alunos e profissionais, condições sanitárias nas escolas e uma redução da curva do contágio como condição.”

A sua íntegra está no blog cutindependentedeluta.wordpress.com.

Hospital Campo Limpo continua público!

Vitória! Luta dos trabalhadores da saúde e da população expulsa OS

No plano do prefeito Bruno Covas (PSDB) em São Paulo, para aprofundar a destruição da saúde pública entregando para as Organizações Sociais (OSs), o governo anunciou a entrada da Organização Social Albert Einstein no Hospital Campo Limpo. Imediatamente após o anúncio começou a luta contra essa entrega. O Sindsep (sindicato dos servidores municipais), outros sindicatos, o Fórum de Saúde do Campo Limpo e movimentos populares da região, fizeram manifestações na porta do Hospital Campo Limpo, do Einstein, da prefeitura de São Paulo e do Ministério Público.

“Não vamos deixar”

Em 14 de julho no ato na porta do hospital o pré-candidato do PT à prefeitura, Jilmar Tatto, mandou um recado direto ao Prefeito Covas e a OS Einstein “vamos dar o papo reto. Não vai terceirizar e se terceirizar nós vamos reverter. Temos que fortalecer o SUS. Vamos mandar um recado ao Hospital Albert Einstein: Não ponha suas patas aqui. Se colocarem, nós vamos tirar”. Foi um combustível à luta.

A luta foi também para Tribunal de Contas do Município (TCM).



Luta consegue expulsar a Organização Social

Representações apresentadas pelo Sindsep, por vereadores do PT apontavam as irregularidades do contrato com o Einstein. Assim o TCM orientou a não assinatura do contrato, mas a prefeitura passou por cima e permitiu a invasão da OS Einstein no hospital a partir do dia 17 de agosto.

“Aqui não entra”

Os trabalhadores do hospital decidem em assembleia que não sairão de seus setores. A OS Einstein veio e numa verdadeira invasão, ocupou os setores do hospital e botou para fora os trabalhadores públicos. Usaram de todos os artifícios para maquiagem a situação. Foram dadas altas a

pacientes, orientações às equipes do SAMU para levar pacientes a outros hospitais, tudo para facilitar a entrada da OS.

Mas os trabalhadores não esmoreceram. Os trabalhadores da farmácia não deixaram “literalmente” a OS entrar, pois não havia da parte deles um responsável legal para assumir o setor, e mantiveram a resistência. Em 20 de agosto o Sindsep se reuniu com a direção do

hospital exigindo a volta dos trabalhadores aos setores a partir do dia 21 pela manhã. A Secretaria e a OS tentaram jogar para 31 de agosto. Os trabalhadores não arredam o pé e afirmam que iriam assumir no dia seguinte.

Prefeito e OS tiveram que recuar

No dia 21 lotaram o auditório do hospital e exigiram saída imediata da OS.

No mesmo dia o prefeito nomeia como diretor do hospital Cândido Vacarezza (ex-deputado do PT, hoje no Avante) que dirigia outro hospital na zona leste de São Paulo. Mas da parte do Sindsep e dos trabalhadores

não houve acordo, queriam a saída imediata da OS dos setores e devolução do hospital. Foi o que ocorreu.

Prefeito e OS foram obrigados a ceder e foi assinado um “termo de transição” para garantir a volta dos trabalhadores aos setores entre o Sindsep e o governo. Vitória!

As diretoras do Sindsep Lau e Lourdes Estevão estiveram na linha de frente da batalha. Lourdes declarou: “Quero agradecer a cada companheiro e companheira, porque essa é uma vitória de toda a região do Campo Limpo. Nós ganhamos uma etapa, mas se estamos vivendo um novo normal, hoje estamos assumindo, mas queremos nesse novo normal equipamentos para trabalhar, condições para oferecer a melhor assistência à população, respeito aos profissionais, para fazer o que nós mais sabemos fazer: atender a população. Se esse novo normal não chegar, estaremos nas ruas”.

Agora o combate continua, pois, o governo também quer entrar com OSs em outros hospitais da cidade. A resistência vai continuar e a vitória no Campo Limpo é um baita exemplo!

João B. Gomes

Em São Paulo Covas quer a extinção de autarquias

Ataque aos serviços públicos é a marca registrada dos tucanos

Atentativa de entregar o Hospital Campo Limpo (ver acima) a uma Organização Social faz parte da lei do prefeito de São Paulo, Bruno Covas (PSDB) que extinguiu oito autarquias na cidade. Entre elas a Autarquia Hospitalar Municipal que administra os hospitais e prontos socorros, extingue o serviço funerário, a Fundação Paulistana (que administra a escola de saúde pública), a Amlurb (iluminação

urbana), SP Turismo (Anhembi) e outras três autarquias que não se constituíram como tal. Ao mesmo tempo o prefeito cria uma Agência Reguladora de Serviços para tratar dos contratos de privatizações e parcerias, método tucano de destruir os serviços públicos e criar “cabide de empregos” para amigos.

No estado o governador Dória (PSDB) apresentou projeto que extingue 11 autarquias (ver pág. 8),

com o mesmo mentor do plano da capital, Mauro Ricardo, que atacou os servidores no Paraná.

O secretário de saúde da capital determinou a remoção de 261 trabalhadores da Coordenadoria de Vigilância em Saúde (Covisa), órgão que é o centro do enfrentamento e orientação das epidemias na cidade, em especial o corona vírus.

Os trabalhadores fizeram três dias seguidos de manifestação, mas o

secretário disse que não volta atrás. Ele tomou a decisão de desmontar a vigilância em saúde para facilitar a reabertura do comércio, das escolas, dos shoppings e de toda cidade, pois os trabalhadores davam seu parecer técnico diante da pandemia. A reação ao desmonte levou até uma carta de seis ex-coordenadores do órgão, três dos quais, do PSDB.

Segue a luta pela reversão do desmonte.

Bancários não abrem mão de direitos

Bancos lucram com a pandemia e ainda querem aumentar a exploração

Em campanha salarial nacional, os bancários enfrentam a intransigência dos patrões banqueiros. Nova rodada de negociação, no dia 25 de agosto, não avançou. Em resumo, os bancários exigem 5% de reajuste salarial, redução da jornada diária para cinco horas e regulamentação do teletrabalho (com frequência mínima presencial de uma vez por semana), além da manutenção do percentual da Participação nos

Lucros e Resultados-PLR.

Os bancos se aproveitam da pandemia para aprofundar o ataque aos direitos. A Federação Brasileira dos Bancos-Febraban apresentou sua proposta: reajuste zero (o que representa uma perda real de 2,65% nos salários), redução na PLR (atingindo até 48% dos valores), redução de 55% para 50% na gratificação de função, fim da cesta alimentação. Além disso, não se cogita da regulamentação do

teletrabalho.

Os bancos lucraram muito com a pandemia e o home-office. No 1º semestre deste ano, reduziram em R\$ 267 milhões suas despesas em algumas áreas (água, luz, gás, vigilância, segurança, viagens). E estão se aproveitando da situação para “passar a boiada”. O Bradesco, por exemplo, já anunciou um programa de fim dos caixas humanos nas agências até 2021. O que certamente levará a

demissões.

Os sindicatos de bancários de todo o país não aceitam essa posição dos bancos. Para Antonio Firmino, presidente do Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região, “não dá para abrir mão de nossos direitos”. A categoria está mobilizada. No dia 25, houve assembleias virtuais em todas as capitais.

Roberto Salomão

Bomba contra o povo paulista

PL 529 de Dória vai na mesma linha de destruição do governo federal

O governador de São Paulo, João Dória (PSDB) enviou para a Assembleia Legislativa (Alesp) um Projeto de Lei (PL 529) que é um emaranhado de múltiplas reformas. O documento trata de 12 itens de muitas matérias diferentes e é justificado pela necessidade de preencher o futuro déficit de R\$10,4 bilhões que serão gerados em 2020 com a desculpa da pandemia.

O primeiro item trata da extinção de empresas públicas com concessões e privatizações. Inclusive de locais que tiveram projetos não aprovados como os parques e áreas de lazer. Estão na mira desta verdadeira bomba que é o PL 529:

- o Jardim Zoológico, com 320 empregos;
- a Fundação Remédio Popular (FURP) com mais de 800 trabalhadores na sede em Guarulhos e abastece o Programa Farmácia Popular de 2004;
- o Oncocentro, centro de referência para pesquisa e tratamento de câncer;
- o Instituto Florestal;
- a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU);
- a Empresa Metropolitana de Transporte (EMTU) que seria entregue para concessão pela mesma

empresa das rodovias do estado;

- a Superintendência de Controle de Endemias de doenças causadas por vetores (SUCEN);

- a empresa que controla Aeroportos (DAESP);

- o Instituto de Medicina Social e Criminologia (IMESC), centro de formação e pesquisa de Medicina Legal;

- o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP, responsável pela política agrária e fundiária, o que pode deixar 9000 famílias rurais e quilombolas desassistidas assim como 500 trabalhadores sem emprego.

Outros ataques do PL 529

Ele possui um ponto específico do serviço de saúde dos servidores e prevê o aumento da alíquota de contribuição para uso dos Serviços de Saúde dos Servidores (IAMSP) e outros serviços em 173 cidades do estado). Aumenta para 2-3% para o servidor, mais 0,5% para seus beneficiários.

Segue com item autorizando alienação de imóveis e mobilização da carteira dos advogados e serventes. Além da autorização do uso do superávit de diversos fundos e entidades para outros fins, com extinção de 12 fundos, entre eles fundos



26/08, ato em frente à Assembleia Legislativa de SP, contra o PL 529

direcionados às Universidades e pesquisas científicas. Na prática retira mais de \$1 bilhão das universidades e da Fapesp, fundação responsável pelo fomento à pesquisa no estado.

No item reforma tributária, o projeto altera as alíquotas de IPVA para 4%, colocando teto de ICMS para 18% para as empresas e ampliando isenção de imposto para organizações sem fins lucrativos. A contradição desse item é grotesca e pode gerar isenções e perda de arrecadação na monta de 40 bilhões no ano!

O PL prevê ainda um Programa de Demissão Incentivada de Servidores Públicos justificando uma não produtividade e Dória quer fazer a concessão dos serviços de regulação e fiscalização de serviços públicos.

Unidade para resistir!

É urgente a resposta organizada

dos trabalhadores, seus sindicatos e da CUT contra essa bomba de destruição dos serviços públicos. Uma mobilização começou, com ato na ALESP e manifestação no Palácio dos Bandeirantes, assim como manifestações dos trabalhadores de alguns dos setores atingidos diretamente.

A luta para desativar esta bomba deve ser amplamente abraçada. Ela é de interesse de todos que precisam de serviços públicos. Foi formado um Comitê de Lutas, do qual participam o PT e a CUT e as Frentes (Brasil Popular e Povo sem Medo). Ele deve ter a vocação de agrupar amplamente a luta para derrotar o PL 529.

Barrar este ataque de Dória é parte da luta contra a política de Bolsonaro, afinal, apesar das pretensas rugas, ambos estão a serviço da mesma política.

Laércio Barbosa

Orçamento 2021, mais uma paulada

A pandemia revelou a urgência de mais serviços públicos, mas proposta tira da Saúde e Educação

Em meio às trombadas entre Bolsonaro e seu ministro da Economia, Guedes, que frustraram um anunciado "big bang" - o plano que o ministro chegou a esboçar e agora não tem data prevista -, o governo deve enviar ao Congresso, até 31 de agosto, o Orçamento para 2021. A sua primeira proposta, apresentada em 12 de agosto, mostra a disposição do governo e sua equipe econômica de aprofundar a destruição de serviços públicos, em particular na Saúde e Educação.

Orçamento de guerra

Lembremos que o governo ganhou um espaço para não cumprir o "teto de gastos", suspenso até o fim do ano por Decreto Legislativo (DL) pelo Congresso em março, devido à pandemia. Em abril, a licença foi consolidada num orçamento paralelo, o "orçamento de guerra" (PEC 10), votado inclusive pela oposição. Nele, o Banco Central foi autorizado a comprar títulos e ações de

empresas privadas, a pretexto de ajudá-las. Ninguém sabe, talvez nunca se saiba, o que foi feito realmente com mais de 1 trilhão de reais. O Auxílio emergencial de R\$ 600 e outras ajudas já estavam permitidas pelo DL de março.

Mas a partir de 1º de janeiro, em tese, cessa essa a suspensão, e o governo tem que acomodar as despesas no tal teto. É isso que está pegando agora!

Guerra contra a Saúde e a Educação

A proposta de Guedes para 2021 diminui o orçamento da Saúde de R\$ 134,7 bilhões desse ano para R\$ 127,75 bilhões, menos 5,1%, sem contar o dinheiro adicional que a Saúde recebeu para o combate ao coronavírus. Se ignora os recursos para seguir o combate ao vírus no ano que vem, não se prevê nenhum gasto adicional com testagem, tratamento de pacientes com covid-19 ou com vacinas!

O governo também pretende cortar

na Educação. Em 2019 já cortou 16% em relação a 2018. Bolsonaro quer reduzir ainda mais. O Ministério da Educação afirmou que pretendia cortar R\$ 4,2 bilhões de seus recursos em 2021, as universidades e institutos federais perderiam R\$ 1,4 bilhão, o que afetaria até as despesas obrigatórias, como pagamento de seus funcionários.

Mais Exército

A depender da proposta de orçamento de 2021, perderão a Educação e a Saúde mas ganhará a Defesa. Está previsto um aumento de 48,8% para o Ministério da Defesa, cujos recursos passariam dos R\$ 73 bilhões atuais para R\$ 108,56 bilhões.

Seria a primeira vez em 10 anos que o orçamento dos militares ultrapassa o das escolas. São quase R\$30 bilhões a mais. Em 2020, seu orçamento inicial era de R\$ 73 bilhões. Mas recebeu diversos aportes e já está 40% maior efetivamente. Agora, Bolsonaro quer elevar em 48% o

orçamento militar de 2021 frente ao inicial de 2020.

Quem vai pagar a dívida?

O orçamento de 2020 previa fechar o ano com um déficit de R\$ 124,1 bilhões. Com a pandemia o Tesouro Nacional fez gastos emergenciais e o déficit previsto é de R\$ 600 bilhões, onde a previsão da turma de Guedes era fazer um déficit de R\$ 150 bilhões. O cálculo foi chamado de "peça de ficção" no Congresso, pois era baseado em previsões duvidosas, entre as quais a de que haverá crescimento econômico superior a 3% em 2021.

A equipe econômica ressaltou que as previsões estão sujeitas a correção, pois a situação é incerta. O mercado está nervoso, Bolsonaro cada dia fala uma coisa. O que não cabe dúvida é que a proposta do governo quer mais exército, quando o povo precisa de mais serviços públicos.

Cristiano Junta e João Alfredo Luna

Dallagnol escapa de punição

Processo para julgar a farsa do PowerPoint de 2016, para condenar Lula sem provas, é arquivado

É mais um fato escandaloso, embora não surpreendente, que envolve a Operação Lava Jato. O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) teve quatro anos para examinar a denúncia que a defesa de Lula fez a respeito da ação de procuradores, entre os quais Deltan Dallagnol, na famosa entrevista coletiva do PowerPoint, em 2016. Adiado 42 vezes, o julgamento realizado no dia 25 teve como resultado o arquivamento da denúncia... porque não havia mais tempo para punições!

Quando se trata de condenar Lula a qualquer custo e mandá-lo para a prisão, Judiciário e Ministério Público são muito ágeis. Para os membros das instituições podres que mantêm a estrutura de Estado antidemocrática, existe a prescrição.

Na coletiva de 2016, com ampla repercussão na mídia, Dallagnol afirmou que não tinha provas, mas tinha convicção de que Lula era culpado. Em uma atitude política, acusou o ex-presidente de comandar esquema de desvio de recursos na Petrobras, processo que nem tramitava em Curitiba, sua área de atuação.

A Justiça depois inocentou Lula dessa acusação, mas o estrago estava feito. E, no caso tríplice, julgado em Curitiba, Lula foi condenado pelo então juiz Sergio Moro, por "atos indeterminados", já que igualmente não existiam provas de crimes.



Em mensagem, revelada pelo The Intercept, Dallagnol escreve "... tenho receio da ligação entre Petrobras e o enriquecimento, e depois que me falaram to com receio da história do apto... São pontos em que temos que ter as respostas ajustadas e na ponta da língua." Aí veio o fajuto e "ajustado" PowerPoint como resposta.

No julgamento do CNMP, 8 dos 10 conselheiros presentes reconheceram que os procuradores tiveram conduta indevida e passível de investigação. Como, porém, em setembro vence o prazo para eventuais punições, decidiu-se pelo arquivamento. De acordo com Lula, "uma página que ficará para a história como vergonha para o Ministério Público".

Delúbio, Genoíno e Ferreira

Toda farsa, porém, pode ser desmascarada um dia.

Às vésperas do primeiro turno das eleições de 2018, Moro liberou o conteúdo de delação de Antonio Palocci, com o objetivo de prejudicar o PT. Neste mês, relatório elaborado por um delegado da Polícia Federal concluiu que as acusações de

Palocci sobre propinas pagas a Lula num esquema com o banco BTG não têm provas e "parecem ter sido encontradas em pesquisas de internet". Foi apenas um artifício para que o delator pudesse ir para a prisão domiciliar.

Em 2005, o chamado "mensalão", julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), foi a primeira grande ofensiva do Poder Judiciário para criminalizar o PT. Uma de suas consequências foi a ação penal que condenou o então presidente do PT, José Genoíno, e o tesoureiro, Delúbio Soares, por falsidade ideológica, ao acusá-los de simular um empréstimo no banco BMG. Quinze anos depois, no último dia 18, a Justiça Federal decretou a extinção da pena. Aquilo que foi noticiado com alarde, na

época, agora mereceu tímidas notas nos jornais.

Outro ex-tesoureiro do PT, Paulo Ferreira, foi inocentado por unanimidade no dia 26 pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), órgão de segunda instância da Lava Jato. Ele havia sido condenado por Moro a nove anos de prisão, e ficou preso durante seis meses, acusado de "lavagem de dinheiro e associação criminosa". O próprio TRF4, que costuma validar os julgamentos de Moro, considerou que não havia provas que justificassem a condenação.

Cláudio Soares

JUIZ DIFICULTA ACESSO A DOCUMENTOS

No início de agosto, o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu à defesa de Lula acesso aos documentos do acordo de leniência fechado pela Odebrecht com o Ministério Público Federal (MPF). O juiz federal Luiz Antônio Bonat, que substituiu Sergio Moro, determinou, porém, que esses documentos passem pelo MPF e pela empreiteira, antes de serem entregues à defesa. Os advogados de Lula recorreram, pedindo acesso direto ao material, para evitar "controle prévio" das informações. Bonat respondeu, então, que sua determinação era uma "atitude cautelosa para bem cumprir" a ordem do STF. Sem comentários.

Teste em massa, já!

Sem a testagem, combate à pandemia fica no escuro

No Brasil há uma subnotificação de casos de coronavírus devido a vários fatores: o não registro dos casos fora da necessidade de internação hospitalar, os óbitos não registrados pela ausência da realização de teste, a não realização de testes em pessoas com sintomas leves e o insuficiente rastreamento de contatos dos pacientes com a doença. Recurso fundamental, o número de testes aplicados para diagnóstico da doença é insuficiente e nos deixa no escuro para as demais ações de contenção da doença.

Estudos tem divulgado e apontado essa subnotificação, como explícita o relatório do CEBES (Centro Brasileiro de Estudos da Saúde) citando a pesquisa feita na Universidade Federal de Pelotas, que estimou em seis vezes mais os casos de infectados do que os números oficiais.

No Brasil foram realizados 62.201 testes por 1 milhão de habitantes.

Entre os 217 países acometidos nos encontramos na posição 69 em aplicação desses testes, mesmo sendo o primeiro, superando os EUA, em números proporcionais de casos e de óbitos.

A incapacidade de realização dos exames resulta do desinteresse do governo nesse diagnóstico. Além da incapacidade dos laboratórios centrais públicos realizarem grande número de exames, realidade exposta com o sucateamento e não investimento na estrutura pública.

Os testes são necessários para a avaliação da situação local e implementação das ações promotoras na saúde em cada território, e em cada local de trabalho.

Com o envolvimento das unidades básicas de saúde, e com a rede que o SUS já possui, poderíamos ofertar as ações de prevenção. Essas incluem as medidas de Vigilância em Saúde, como o isolamento de infectados e o

rastreamento dos comunicantes, que seriam viáveis de aplicação e teriam a ação de contenção da disseminação da doença.

Descontrole

Sem sabermos qual é a nossa real situação e sem o envolvimento dessa rede já constituída pela falta do exame, nos deparamos com a rápida disseminação e o descontrole. Hoje não há a possibilidade de intervenção em cada caso para se evitar a propagação da doença.

Resultado disso demonstrou o alastramento de casos em locais de trabalho não rastreados como nos frigoríficos no RS e nas escolas em Manaus.

Num país onde mais de 50% da população reside em condições sanitárias precárias ou insuficientes, a disseminação e o maior número de mortes está se concentrando nesses rincões.

Os números de São Paulo confirmam. Os 15 distritos menos desenvolvidos tiveram aumento de casos 18,5 vezes maior do que os 15 distritos mais desenvolvidos. E uma taxa de letalidade de 7,3%; diferente dos distritos mais desenvolvidos que foi de 5,1%.

Atingimos uma estabilidade no pico da pandemia, com números elevados de novos casos e óbitos, sobretudo nas periferias, mas Bolsonaro forja uma comemoração "Brasil vencendo a covid-19" nessa última segunda-feira (24).

No cenário de inviabilidade e da não aplicação da política de isolamento social e transmissão ativa do coronavírus, é urgente que os testes sejam aplicados para se monitorar a epidemia, e controlar a transmissão do vírus em cada local de trabalho e em cada local de moradia.

Juliana Salles

Faixa de Gaza sob bombas de Israel

Refletores no “acordo de paz” enquanto se intensifica a repressão contra os palestinos

Quando as bandeiras dos Emirados Árabes Unidos são vistas em todo o território do estado israelense e as bandeiras de Israel florescem em Abu Dhabi, os palestinos, que rejeitam massivamente o acordo de normalização, são acusados de serem extremistas e de rejeitar a paz. De maneira frenética, o exército israelense procura destruir todos os quadros potencialmente capazes de resistir a ele. Mas para os palestinos em Gaza, como eles dizem, viver já é resistir.

A violência mortal em Gaza busca quebrar psicologicamente, punir coletivamente a população civil, proibir qualquer indício de resistência.

Em 13 de agosto, bombardeios

israelenses destruíram uma escola primária no campo de Shatea. No dia 14, mais bombardeios atingiram novamente a Faixa de Gaza. No dia 15, houve cinco ataques aéreos e no dia 16 as autoridades israelenses novamente implementaram um bloqueio total da Faixa de Gaza, com o exército egípcio que gerencia o controle da fronteira sul.

Avança a punição coletiva

Desde 18 de agosto, as residências na Faixa de Gaza recebem eletricidade apenas três horas por dia, antes eram oito. O óleo usado para alimentar a única central elétrica do território está bloqueado pelo exército de ocupação. Os cortes de corrente impactam violentamente os serviços

de saúde e o funcionamento dos hospitais. Em 21 de agosto, houve cerca de 15 ataques aéreos em todo o território.

Para marcar seu repúdio a este sufocamento, os militantes em Gaza desenvolveram o hábito de enviar balões incendiários através da fronteira, que queimam as terras agrícolas israelenses, ou queimar pneus, cuja fumaça espessa atravessa a fronteira. Com sua desonestidade costumeira quando se trata de defender o Estado do apartheid de Israel, os governos das grandes potências e a mídia a seu serviço, justificam - provavelmente sob o comando do serviço de comunicações do exército israelense - os bombardeios em resposta ao envio de balões! Os palestinos devem

morrer em silêncio. E acreditar que esta seria uma das principais disposições do “acordo do século” (o “roubo do século” segundo os palestinos) defendida por Trump e Netanyahu, como condição necessária para qualquer avanço no “processo de paz”.

Ao mesmo tempo, os ataques de grupos paramilitares de colonos israelenses com o apoio do exército de ocupação se multiplicam na Cisjordânia, destruindo plantações, pomares e olivais. Os centros de testes Covid-19 também foram destruídos. Nos últimos dias, as provocações israelenses têm aumentado ao longo da fronteira com o Líbano.

FL

Libertação do jornalista argelino Khaled Drareni!

Uma campanha internacional exige a libertação do jornalista argelino Khaled Drareni, condenado à prisão por seu trabalho de reportagem das amplas manifestações contra o governo em 2019. Em 10 de agosto ele foi sentenciado a três anos de prisão, sob as acusações de “incitação à manifestação não armada” e “atentado à unidade nacional”.

Jornalistas argelinos iniciaram uma campanha por sua libertação, obtendo, em poucos dias, mais de mil assinaturas de jornalistas, defensores dos direitos humanos, advogados, escritores e artistas.

O texto afirma:

“Khaled Drareni foi condenado a três anos de prisão em regime



Khaled Drareni

fechado pelo tribunal de Sidi M’Hamed. Seu crime: exercer seu trabalho de jornalista respeitando os fundamentos de sua profissão, notadamente na cobertura contínua das manifestações após 22 de fevereiro de 2019.

Os demais acusados no mesmo inquérito, com as mesmas peças de acusação sem fundamentos, foram condenados a penas inferiores ao período de detenção provisória. O tratamento particular destinado ao jornalista Khaled Drareni é inaceitável.

A perseguição difamatória contra ele foi alimentada por uma interferência presidencial neste caso. Ela resultou na definição da pena de prisão mais pesada contra um jornalista, por conta de seu trabalho, desde a independência da Argélia, em 1962.

Nós, signatários desta petição, iniciada por um grupo de jornalistas, exigimos a sua libertação imediata e

a sua reabilitação.”

A Federação Internacional dos Jornalistas emitiu nota de repúdio à sentença judicial e exigiu a imediata soltura de Drareni.

O Partido dos Trabalhadores da Argélia protestou contra a condenação, em nota na qual “se junta à exigência democrática de libertação de Khaled Drareni e de todos os presos políticos e de opinião” no país. O Comitê Internacional de Ligação do Acordo Internacional dos Trabalhadores está divulgando a campanha.

No Brasil, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo somou-se à campanha e iniciou a coleta de adesões.

Paulo Zocchi

Solidariedade aos trabalhadores do Haiti

Campanha internacional contra abuso patronal do setor têxtil

O pessoal do Ministério dos Assuntos Sociais e do Trabalho do Haiti está espantado com o “bombardeio de mensagens”, vindas de todos os cantos das Américas e outros continentes, em favor dos trabalhadores das indústrias têxteis do país, informa Dominique St Eloi, coordenador geral da Central Nacional dos Operários Haitianos-CNOHA.

A campanha foi iniciada a partir de uma reunião do CILI – Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio. Ela denuncia a prática patronal, como descontar encargos sociais dos trabalhadores sem repassar aos

órgãos competentes, o que levou ao falecimento de Sandra René, grávida de seis meses, por falta de atendimento médico; o hospital alegou que seu seguro-saúde não havia sido pago (mesmo tendo sido descontado de seu salário!).

Moção

Tomamos conhecimento do apelo da Central Nacional dos Operários Haitianos (CNOHA) e do Movimento de Liberdade e Igualdade dos Haitianos pela Fraternidade (MOLEGHAF), além de outras organizações sindicais, populares e camponesas do Haiti.

Declaramos em nome de nossa entidade que nos somamos às exigências levantadas pelos nossos irmãos haitianos:

- Fim da repressão anti-sindical e antipopular por parte do governo de Jovenel Moise e dos empresários;
- Fim da ingerência externa no Haiti, atualmente exercida via CORE-GROUP (representantes da ONU,

Alemanha, Brasil, Canadá, Espanha, EUA, União Européia e OEA) e BINUH (Escritório Integrado das Nações Unidas no Haiti);

- Aumento salarial para os trabalhadores e trabalhadoras haitianos, respeito aos seus direitos sociais.

Encaminhar para:
julioturra@cut.org.br

ERRATA

Na página 10 da edição 872, na matéria “A herança revolucionária de Trotsky”, por um lapso está escrito que “Trotsky e a 4ª Internacional defenderam a necessidade de uma revolução social para derrubar os burocratas” na URSS. O correto é “revolução política”, pois se tratava de manter as bases da Revolução de Outubro, ameaçadas pelo regime stalinista.

“Lukashenko, vá embora!”

Seguem as greves e manifestações na Bielorrússia

Desde 9 de agosto intensificam-se as manifestações na República da Bielorrússia, país da Europa oriental (ex-integrante da URSS) que tem fronteira com a Rússia, Ucrânia e Polônia. O processo foi “detonado” quando os primeiros anúncios oficiais das eleições presidenciais apontavam a vitória de Alexander Lukashenko, no poder desde 1994 e que concorria ao sexto mandato.

Houve um levante do povo, com a participação ativa dos sindicatos, que em 17 de agosto realizaram uma greve agrupando mais de 40 empresas em todo o país. No dia anterior, 16 de agosto, numa gigantesca mobilização, os manifestantes gritavam “Fora, fora!” para Lukashenko. Apesar da repressão selvagem, as mobilizações prosseguem.

No curso das manifestações, as imagens do Presidente da República da Bielorrússia descendo de seu helicóptero em pleno coração da capital, Minsk, de armas nas mãos, com seu filho vestido com um colete à prova de balas e segurando uma arma, foram amplamente divulgadas. O presidente aproxima-se do cordão de forças especiais e agradece, parabenizando-os: “Vocês são ótimos! Nós vamos cuidar da situação!”

Do outro lado do cordão estão dezenas de milhares de pessoas, com crianças e famílias. É preciso levar em conta esses milhões de pessoas, que protestam sem lideranças proclamadas e que agem de forma espontânea. O povo não está seguindo uma agenda política comum. A única coisa que os une é a palavra

de ordem “Lukashenko, vá embora!”

A classe operária no centro do processo

Grandes camadas da população se colocaram em movimento. A manifestação foi apoiada até por trabalhadores da televisão republicana, que foram rapidamente substituídos (temporariamente?) por trabalhadores chamados da Rússia. Os educadores, que tinham sido advertidos com a possibilidade de demissão por falta de patriotismo, também receberam ameaças.

Tudo isso está acontecendo numa república liderada por um presidente colado em sua cadeira há vinte e seis anos. Para um país da ex-URSS, isso não tem nada de original. Em todas as ex-repúblicas soviéticas, as autocracias são governadas por antigos e inamovíveis funcionários do partido comunista. Na maioria desses países da ex-URSS, os presidentes não representam o povo e governam sobre a base de ameaças. As manifestações na Bielorrússia começaram bem antes das eleições presidenciais. As autoridades usaram a retórica da ameaça de ingerências externas vindas do oriente e depois do ocidente. Este é o destino dos pequenos países: eles são o jogo dos “imperialismos”.

Lukashenko continua a oferecer garantias a Putin, sendo a última delas a possibilidade de Putin testar a vacina russa contra Covid na Bielorrússia. Tudo isso é feito para convencer o aliado russo de sua lealdade e evitar a ocupação direta, como foi o caso em outras repúblicas pós-soviéticas. Lukashenko não está satisfeito com o Kremlin. E o Kremlin vem



Minsk, 16 de agosto: uma maré grita: “vá embora!”

travando uma guerra de informação contra ele há muito tempo.

De qualquer forma, a classe trabalhadora bielorrussa se colocou em movimento e está no centro do processo político em andamento.

Repressão aos representantes eleitos dos grevistas

Já em andamento, o movimento de trabalhadores fora dos sindicatos do Estado está ganhando força e eles estão ingressando em sindicatos independentes. Comitês de greve foram criados em todo o país para liderar manifestações locais. Eles reúnem militantes de sindicatos independentes e trabalhadores não sindicalizados. Nos dias 23 e 24 de agosto ocorreram as prisões desses representantes da classe trabalhadora: foram presos os dirigentes dos comitês de greve da fábrica de automóveis de Minsk e da fábrica de tratores de Minsk. Mas isso não “cortou a cabeça” dos comitês de greve. Em 24 de agosto, em um dos maiores parques industriais do país, Belaruskali, uma “greve à italiana” [braços cruzados na frente das máquinas,

NdT] começou. Na prática, isso desacelera e paralisa a produção.

Os trabalhadores em greve têm uma demanda principal e importante contra as reformas das leis trabalhistas que os torna semiescravos, sem garantia de emprego: todos os empregados são exclusivamente contratados por tempo determinado.

Greves massivas assustam o poder autocrático. É por isso que o presidente mudou de local recentemente, falando em possíveis concessões e uma saída condicional da presidência. Em 22 de agosto, ele ameaçou fazer um bloqueio dos grevistas e sua demissão. Ele lançou um apelo aos trabalhadores no exterior para quebrar a greve, por exemplo aos mineiros ucranianos, mas até agora nenhum diretor de mina respondeu...

Não há dúvida de que o despertar da classe trabalhadora na Bielorrússia terá repercussões além das fronteiras do país, na Rússia, na China ...

Correspondente de Minsk
(Publicado no jornal francês
Informações Operárias)



Presidente Lukashenko de arma na mão e colete a prova de bala

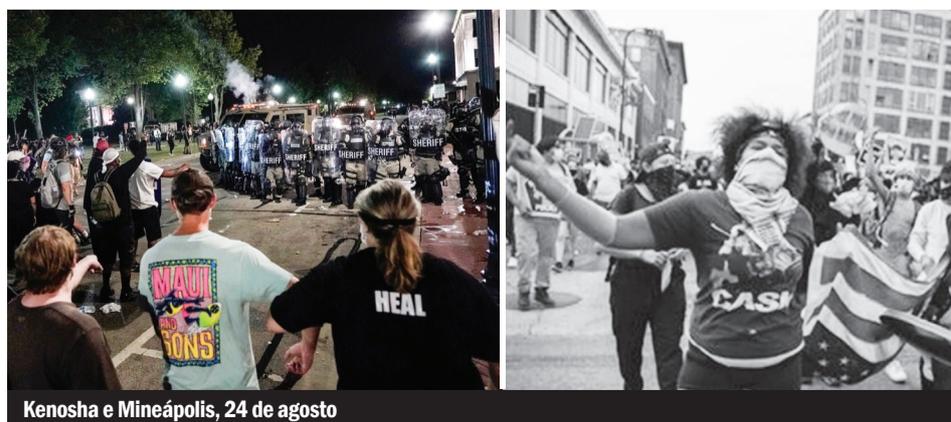
Nova onda de protestos nos EUA

Tentativa de assassinato de um negro, pela polícia, reacende mobilizações

A polícia de Wisconsin atirou afriamente em Jacob Blake, no domingo 23 de agosto, na cidade de Kenosha.

Com balas nas costas e à queimadura, ele estava acompanhado por seus três filhos pequenos durante o incidente. Esta foi mais uma tentativa da polícia de assassinar um homem negro.

No momento em que Blake ainda estava internado em terapia intensiva entre a vida e a morte, milhares de manifestantes, revoltados com a naturalização de crimes racistas, retomaram os protestos de rua – que já



Kenosha e Minneapolis, 24 de agosto

havam se espalhado pelos EUA entre junho e julho últimos. Enquanto essa retomada desenvolve-se em

várias cidades do país contra o bárbaro regime de liquidação física e social sobretudo dos negros, os dois

candidatos - democrata (Biden) e republicano (Trump) – fazem suas campanhas às eleições presidenciais.

O vice-prefeito da cidade de Kenosha (que é afro-americano), Mandela Barnes, disse que o drama “não foi um acidente”, que “não foi um equívoco” individual de um policial. É uma violência comum. Em Minneapolis, uma bandeira americana foi queimada, com jovens carregando faixas escritas “Quantos mais?”. Muitos discursos emocionados e indignados foram ouvidos em atos por todo o país nesta última semana.

As raízes da situação que vive o Líbano

Sindicalista explica o levante popular de 2019 e o momento atual em seu país

Publicamos abaixo uma contribuição sobre a atual situação no Líbano do sindicalista Mohamad Hachicho, vice-presidente da Confederação Geral dos Transportes Terrestres (CGTL) e secretário-geral adjunto da Federação dos Transportes Rodoviários, que esteve presente, como membro da delegação de seu país, à Conferência Mundial Aberta do Acordo Internacional dos Trabalhadores e Povos, realizada em Argel em outubro de 2017.

A estrutura do sistema gera crises, tensões e guerras civis

No Líbano é a própria estrutura do sistema, capitalista e comunitária, baseada em clãs, subordinada ao sistema capitalista mundial e a serviço dele, e que gera crises, tensões e guerras civis.

Após a guerra civil de 1975 a 1990 (entre muçulmanos, apoiados pela Síria, e cristãos, apoiados por Israel, NdT) o acordo de Taif (outubro de 1989) consagrou na Constituição um sistema multirreligioso (no qual o presidente da República deve ser cristão maronita, o primeiro-ministro muçulmano sunita e o presidente do parlamento muçulmano xiita, NdT) que incorporou o "comunitarismo político" existente desde a independência do Líbano em 1943.

Desde a década de 1990 foi aplicada no país uma economia neoliberal rentista, predatória e brutal. O movimento operário, os sindicatos, as instituições democráticas sociais e populares foram duramente atacados. A oligarquia consolidou a concentração do capital e do poder.

Essa situação econômica gerou distorções estruturais, sociais e financeiras, com dívidas enormes que ultrapassam 150% do PIB, níveis de vida e salários mais baixos, aumento do desemprego e o colapso dos serviços básicos como a saúde, a educação, eletricidade, água, transportes e seguridade social, somando-se a um sistema tributário injusto. Enquanto isso, o dinheiro dos grandes capitalistas e dos banqueiros foi enviado clandestinamente para paraísos fiscais fora do Líbano.

A crise desse sistema aprofundou-se e explodiu com a revolta de 17 de outubro de 2019, após o colapso do sistema bancário e a derrocada da taxa de câmbio da libra libanesa.

Essa foi uma revolta sem precedentes na história do Líbano, que atravessou todas as religiões, todas as comunidades e regiões do país, mobilizando todas as camadas da população.

A insurreição exigia a derrubada do regime e a saída de todos os corruptos. Foi um momento de confronto

entre interesses políticos, econômicos e sociais contraditórios. A revolta popular demonstrou também a incapacidade do regime de enfrentar um movimento que representou, pela primeira vez, uma séria ameaça à classe dominante libanesa.

A chegada da pandemia do coronavírus exacerbou o impasse econômico e social do país. Mais trabalhadores perderam seus empregos e, portanto, seus rendimentos, totalmente ou em parte, após ter perdido seu dinheiro nos bancos.

A disseminação do vírus e a formação do governo de Hassan Diab (cujo gabinete foi apoiado pelo Hezbollah, vindo Diab a renunciar em 10 de agosto após a explosão no porto de Beirute, NdT) levaram a uma desaceleração do ímpeto das ruas, o que permitiu à classe dominante retomar a iniciativa, atacando e demonizando o movimento contra o sistema político e buscando reprimi-lo com suas milícias.

A explosão no porto de Beirute

A explosão de 4 de agosto no porto de Beirute é produto desse regime criminoso. Quer tenha sido resultado de uma ação militar ou de sabotagem sionista, ou resultado de negligência, o principal culpado por essa catástrofe é o regime assassino que tolerou, calou e encobriu o processo de armazenamento de 2.750 toneladas de material explosivo na periferia da capital e de suas áreas residenciais.

Essa catástrofe provocou uma interferência imperialista direta no Líbano, em nome de ajuda humanitária. Aqui estão as frotas de guerra ocidentais e forças militares em solo libanês, em uma intervenção de fato, legitimada, nos assuntos internos do país.

Há uma tentativa, por parte das potências ocidentais e de seus associados locais, de acusar certos grupos de serem os responsáveis pela explosão, afirmando, sem provas, que ela ocorreu em um depósito de munições no porto de Beirute. O objetivo é tirar partido do desastre para fortalecer as divisões da comunidade, principalmente entre aqueles que participaram da revolta popular de 17 de outubro. Desta forma pressionam-se alguns partidos, quando todos são responsáveis, avivar as tensões comunitárias e religiosas, em particular entre os atingidos pela explosão que matou dezenas, feriu milhares, destruindo casas e edifícios.

A esquerda em crise

O ponto fraco do conflito no Líbano e na região é o papel da esquerda. As forças da esquerda



Beirute, manifestação em 8 de agosto

estão em crise. Não conseguiram compreender o momento histórico do levante popular em 2019 e por isso foram incapazes de cumprir a sua missão política, que deveria ser a de dirigir, organizar e reunir as forças da insurreição.

Um programa político-social alternativo para o poder foi proposto. A identidade nacional unitária estava ausente, o que permitiu a alguns partidos políticos religiosos, marginalizar e demonizar o levante popular, e tornou mais fácil para outros surfarem na onda do movimento a fim de melhorar as condições para seu retorno ao poder.

O Líbano não é uma ilha isolada. O projeto imperialista agressivo e colonial, com todos os seus prepostos sionistas, reacionários, fascistas, está presente no Líbano. Ainda mais que aqui ocorreu um amplo movimento de resistência popular que se ramificou em todas as comunidades e que se constitui na ponta de

lança do movimento de libertação nacional.

A situação no Líbano nesse momento é perigosa e encontra-se em uma encruzilhada. Tudo é possível e todas as operações em curso visam enfraquecer, senão acabar, com o movimento revolucionário e sua palavra de ordem "fora todos" e que acaba de ser retomado com a palavra de ordem "revolução!".

As grandes potências, a começar pela França, buscam estabelecer um acordo político entre os partidos do regime para reconstituir o poder sob patrocínio internacional e regional, e estão prontas a fomentar uma escalada de tensões comunitárias e de segurança que poderá levar à guerra civil, último recurso contra a revolução, porque é ela que lhes causa medo.

Publicado no jornal francês **Informações Operárias**

O TRABALHO

Receba O Trabalho em sua casa, a cada quinzena

12 edições: R\$ 60,00 • 24 edições: R\$ 120,00 • Assinatura solidária: R\$ 150,00

A partir do nº _____ Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil - Agência: 4055-X, C/C: 8894-3 - CNPJ: 09001210/0001-79
Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 - CEP 03041-000 - São Paulo
Fone: (11) 2613-2232 - e-mail: otjornal@uol.com.br